**CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: INCLUSÃO/EXCLUSÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA DURANTE O PERÍODO DA PANDEMIA DA COVID-19**

*Luana Hillesheim[[1]](#footnote-1)*

**Eixo Temático: Educação Inclusiva e Diversidades**

Este resumo refere-se a uma investigação em andamento sobre processos de inclusão/exclusão de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional na educação básica durante o período da pandemia. O acolhimento institucional é uma medida provisória de proteção à criança ou adolescente (e seus direitos), devendo ser utilizada como último recurso (MACHADO, 2021). Em 2020, a pandemia ocasionada pelo vírus da Covid-19 afetou diversas áreas, entre elas, a educação, bem como os serviços de acolhimento; na educação, por sua vez, o ensino remoto foi adotado e posteriormente o ensino híbrido. Portanto, este estudo teve por motivação a problemática: como a inclusão/exclusão de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional ocorreu na educação básica durante o período da pandemia? O objetivo geral deste estudo é investigar os processos de inclusão/exclusão de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional na educação básica no período da pandemia da COVID-19. Os objetivos específicos são: (1) analisar as relações entre educadores/gestores com os educadores sociais durante o período da pandemia da Covid-19, e, (2) identificar os modos como as crianças e adolescentes em situação de acolhimento conviveram e se relacionaram com os colegas na educação básica durante o período da pandemia da Covid-19. No referencial teórico, quanto ao acolhimento institucional, baseia-se em Rizzini e Rizzini (2004), Machado (2021), Furlan (2020) etc., e quanto inclusão/exclusão, dialoga-se com os autores Rodrigues (2006), Sawaia (2001), Lopes e Fabris (2013), dentre outros. Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa e quanto aos objetivos, exploratória. Trata-se, portanto, de uma pesquisa de campo, sendo realizada em um acolhimento institucional, dois centros de educação infantil e uma escola, ambos situados no estado de Santa Catarina. Os sujeitos da pesquisa são 14 profissionais, que atuam no acolhimento institucional e escola/creches, sendo: os educadores sociais, psicólogo do acolhimento institucional, assistente social da instituição de acolhimento, gestor da instituição de acolhimento, e, professores e gestor dos centros de educação infantil e gestores da escola. A pesquisa teve como procedimento de geração de dados a entrevista semiestruturada, sendo realizada presencialmente ou por meio virtual, a partir da necessidade de cada instituição (GIL, 2018). Os dados preliminares da pesquisa indicam que em relação à educação, os estudantes (crianças e adolescentes) em situação de acolhimento ficaram por um período sem aulas (assim como seus colegas). Posteriormente, as aulas online foram adotadas por cerca de quinze meses, em que as atividades eram postadas em uma plataforma online e os professores acompanhavam as crianças/jovens por meio digital. No município investigado, no final do ano de 2021 o ensino híbrido foi adotado, em que semanalmente grupos alternados de estudantes frequentavam a instituição de ensino no modo presencial e o outro grupo desenvolvia atividades online. No ano de 2022, as escolas e creches do município investigado retomaram as aulas presenciais por completo; as crianças e adolescentes em situação de acolhimento frequentavam presencial desde o final do ano de 2021. Os dados evidenciam que apesar da pandemia, os vínculos entre acolhimento instituição e escola/centros de educação infantil se mantiveram, mas, que durante as aulas remotas, as crianças e adolescentes em situação de acolhimento perderam o contato e vínculo com os seus colegas da educação básica, pois, as aulas eram assíncronas, e, portanto, não podiam interagir. Por sua vez, os vínculos das crianças e jovens em situação de acolhimento com seus professores não foram extintos, entretanto, mediados pela equipe técnica do acolhimento institucional por meio do uso das tecnologias digitais. À vista disso, entre os entrevistados, parte dos profissionais consideraram que as crianças e adolescentes em situação de acolhimento foram mais excluídos em relação a educação de que seus colegas (foram mencionados fatores como a ausência de materiais necessários, ausência de tecnologias e internet, distanciamento maior dos colegas e professores, estigma, dentre outros), e, a outra parte, considerou que estar em situação de acolhimento não foi um fator a mais para vivenciar exclusões na educação, isto é, salientam que as crianças e adolescentes no geral foram excluídas em algum momento devido a pandemia ou experimentaram perdas (materiais e imateriais), seja em relação ao processo de ensino e aprendizagem ou o convívio social com seus colegas e professores.

**Palavras-chave**: Acolhimento Institucional. Educação Básica. Inclusão/Exclusão.

**Referências**

FURLAN, Vinicius. **Infância institucionalizada: identidade e acolhimento institucional**. 1 ed. – Curitiba: Appris, 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Eli Terezinha Henn. **Inclusão & educação**. São Paulo: Autêntica, 2013.

MACHADO, Vanessa Rombola. **Acolhimento institucional de crianças e adolescentes: a difícil implementação dos princípios do ECA**. Curitiba: CRV, 2021.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil. Percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

RODRIGUES, David. Dez ideias (mal) feitas sobre a educação inclusiva. In: RODRIGUES, David. **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006, p. 299-318.

SAWAIA, Bader Burihan. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 2. ed. Petropolis: Vozes, 2001.

1. Acadêmico/a de curso de pós-graduação Mestrado em Educação, da Universidade Regional de Blumenau.

   E-mail: luaanahillesheim@gmail.com [↑](#footnote-ref-1)